

Adriano Machado/Reuters

# CON JUN TURA

ATUALIZE-SE  
EM POUCOS  
MINUTOS

## REPUBLICANA



AGENDA DO PLANALTO

# GOVERNO ENFRENTA SUCESSIVAS DERROTAS NO LEGISLATIVO

P.3

### PAUTA LIBERAL

**CONGRESSO DEBATE  
A REGULAMENTAÇÃO  
DO TRABALHO POR  
APLICATIVOS**

P.6

### SANEAMENTO NO BRASIL

**PARCERIA PÚBLICO-  
-PRIVADA ACELERA  
AVANÇOS CONTRA  
ATRASSO HISTÓRICO**

P.9

### VISÃO DO ESPECIALISTA

**ANALISAR O  
PRESENTE PARA  
ANTECIPAR O  
FUTURO**

P.11



**CON  
JUN  
TURA**  
REPUBLICANA

ATUALIZE-SE  
EM POUCOS  
MINUTOS

2025 – Fundação Republicana  
Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade  
com a Lei nº 9.610/1998

**PRESIDÊNCIA FRB:**

Renata Sene (2025-2027)

**GERÊNCIA FRB:**

Gabrielle Assumpção

**COORDENAÇÃO ASSESSORIA  
DE COMUNICAÇÃO FRB:**

Denise Matos



**COORDENAÇÃO NÚCLEO DE  
ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):**

Fábio Vidal

**FICHA TÉCNICA | EDITORIAL**

**TEXTO:**

Fábio Vidal – NEP/FRB

Gabriel Lana – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

**PROJETO GRÁFICO:**

Igor Bessa

**DIAGRAMAÇÃO:**

Samuel de Paula – Ascom/FRB

**REVISÃO/EDIÇÃO:**

Tamires Lopes – Ascom/FRB

**APOIO DE JORNALISMO:**

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

**FOTO ARQUIVO:**

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



**PÓS 20  
25  
GRADUAÇÃO**

**Assessoria Parlamentar,  
RelGov e Lobby**

18x  
R\$

**249,60**

**Inscrições Abertas**



EaD ao vivo



Duração: 12 meses

**#VemPraRepublicana**



# GOVERNO ENFRENTA SUCESSIVAS DERROTAS NO LEGISLATIVO

*As últimas semanas de junho foram marcadas pela ausência de parlamentares no Congresso Nacional, especialmente das bancadas do Nordeste, o que já era esperado em razão das festividades juninas e do feriado prolongado. Para o Poder Executivo, esse período representava um “respiro” e a chance de “reduzir a temperatura da crise com o Legislativo”*

No entanto, a aparente calma foi interrompida na quarta-feira (25), com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2025, que revoga o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) decretado pelo presidente da República.

*A medida foi aprovada na Câmara dos Deputados por ampla maioria: 383 votos favoráveis contra apenas 98 contrários, configurando uma derrota expressiva para o Governo Federal.*

A insatisfação do parlamento com o Executivo já havia se manifestado anteriormente, na votação do requerimento de urgência para o mesmo PDL, ocorrida em 16 de junho. Na ocasião, cerca de 65% dos deputados de partidos que integram a base governista votaram a favor da proposta, desafiando abertamente a orientação do Palácio do Planalto.

Além desse revés fiscal, o governo enfrenta um impacto adicional de R\$ 35 bilhões anuais no setor elétrico, decorrente da derrubada de vetos no novo Marco Legal das Eólicas Offshore. Lideranças parlamentares já indicaram, inclusive, que outros vetos presidenciais poderão ser rejeitados na próxima sessão do Congresso.

***As reviravoltas em série somam-se a outros “fracassos” legislativos e intensificam a pressão sobre a gestão petista.***

A pauta energética, em particular, tem ganhado protagonismo devido aos seus efeitos imediatos sobre a inflação e o orçamento das famílias. O consequente aumento das tarifas de energia afeta diretamente o cotidiano da população e pode comprometer ainda mais a confiança do eleitorado na Presidência.

Em meio a esse cenário turbulento de final de mês, chamou atenção a liberação acelerada de emendas parlamentares. Em apenas sete dias, num gesto político notável, o Governo autorizou o repasse de cerca de R\$ 620 milhões, um volume significativamente superior aos R\$ 152 milhões liberados no restante do ano.

Apesar do enfraquecimento da articulação política e do desgaste junto ao parlamento e à opinião pública, há expectativa de uma trégua momentânea com a chegada do recesso parlamentar de julho. Ainda assim, até o encerramento do primeiro semestre, o Governo terá de lidar com os desafios de uma relação instável, e por vezes conflituosa, entre o Executivo e o Legislativo.

# CONGRESSO DEBATE A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR APLICATIVOS

*No Brasil, os trabalhadores por aplicativo já representam uma parcela expressiva da força de trabalho, com cerca de 2,2 milhões de pessoas atuando nessa modalidade em 2024. Esse cenário evidencia a urgência de uma regulamentação que esteja em sintonia com a realidade desses profissionais, transformando o tema em uma das prioridades da agenda política nacional*

Nesse contexto, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), relator da comissão especial criada para discutir a regulamentação do setor, tem sido uma figura importante. O parlamentar busca instalar o colegiado antes do recesso parlamentar de julho, com a expectativa de que o projeto seja votado ainda em 2025.

***O projeto da comissão visa abranger todas as categorias de aplicativos (motoristas, entregadores e prestadores de serviços diversos, como os do setor imobiliário), com foco na oferta de seguros e proteção previdenciária. O objetivo é criar uma nova categoria: o trabalhador autônomo por plataforma, que não configura vínculo empregatício nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas garante o acesso a direitos essenciais.***

Após a rejeição do Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/2024, elaborado pelo governo, que não teve boa aceitação entre os motoristas e acabou saindo do radar de votações, o Congresso Nacional passou a conduzir o debate. Com isso, busca preencher o vácuo legislativo e evitar que o tema seja decidido diretamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Fernando Frazão/Agência Brasil

A realidade dos trabalhadores por aplicativo revela diversos desafios. Muitos são altamente dependentes das plataformas, que controlam a distribuição de corridas, a remuneração e a relação com os clientes. Além disso, enfrentam jornadas exaustivas, falta de proteção social e de saúde, baixa contribuição previdenciária e falta de amparo em casos de acidentes. Essa dualidade é a essência do dilema regulatório.

O modelo de trabalho por aplicativo também reflete a percepção de mercado das gerações mais jovens, que valorizam autonomia, flexibilidade e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O atual debate legislativo busca, portanto, estabelecer um conjunto mínimo de direitos compatíveis com a lógica das plataformas, promovendo condições mais seguras e dignas para uma categoria de trabalhadores em constante expansão, sem, contudo, replicar as estruturas tradicionais e mais rígidas da CLT.

## **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA ACELERA AVANÇOS CONTRA ATRASSO HISTÓRICO**

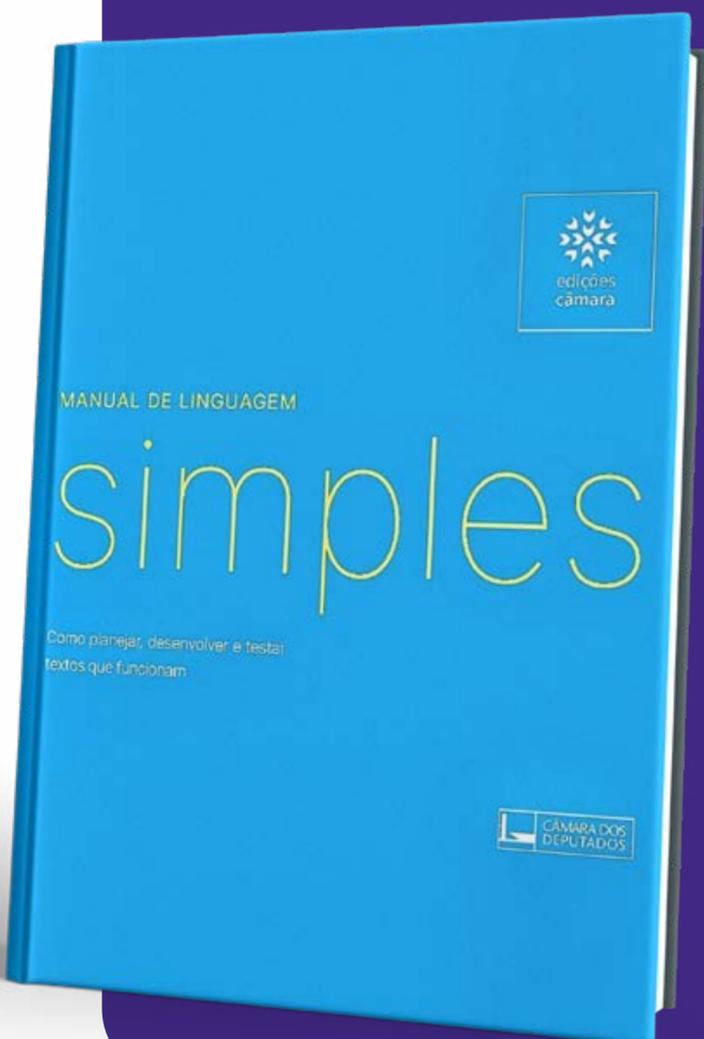
*O Brasil figura entre os países com maior defasagem no atendimento à população por meio de sistemas de esgotamento sanitário. Em 2022, a cobertura de esgoto no país era inferior à de nações como a Índia, que, apesar de sua imensa população e profundas desigualdades estruturais, apresentava indicadores superiores nesse setor*

Essa realidade evidencia as limitações do modelo majoritariamente público, que tem se mostrado incapaz de viabilizar os investimentos necessários à universalização do saneamento básico.

A promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, em 2020, representou um marco importante ao viabilizar a entrada de empresas privadas no setor. A nova legislação também estabeleceu metas ambiciosas: garantir, até 2033, o acesso de 99% da população à água potável e de 90% à coleta e ao tratamento de esgoto.

Desde então, a colaboração público-privada tem se mostrado um caminho mais eficiente, com a iniciativa privada impulsionando o progresso em direção à universalização dos serviços. Exemplo disso são os investimentos recentes realizados nos estados de Pernambuco, Pará, Espírito Santo e Rondônia, que, juntos, beneficiarão aproximadamente 16,1 milhões de pessoas.

Apesar dos desafios persistentes, a sinergia entre os setores público e privado representa hoje a principal esperança para que o Brasil supere seu atraso histórico no saneamento, alcance as metas estabelecidas e promova melhorias significativas na qualidade de vida da população.



## FRB INDICA

O “Manual de Linguagem Simples” é uma ferramenta essencial para quem busca comunicar-se de maneira clara e acessível em qualquer contexto.

Este livro explora o conceito de ‘linguagem simples’ e oferece estratégias práticas para transformar textos complexos em conteúdos fáceis de entender.

## **ANALISAR O PRESENTE PARA ANTECIPAR O FUTURO**

*Ler o cenário político é analisar o presente para antecipar o futuro. Essa leitura envolve observar dados econômicos, sociais, comportamentos culturais, falas de lideranças, movimentações partidárias e mudanças na opinião pública*

Durante a pandemia da covid-19, a leitura de cenário foi fundamental. Políticos e analistas atentos perceberam o impacto das medidas de isolamento, o papel central do Sistema Único de Saúde (SUS), o desgaste da presidência e a mobilização digital da sociedade. O auxílio emergencial, por



**FÁBIO VIDAL**

Fábio Vidal é graduado em Ciência Política pelo IPOL/UnB e mestre em Sociologia SOL/ UnB. Atua como professor e coordenador acadêmico na Faculdade Republicana e também é pesquisador e palestrante na Fundação Republicana Brasileira (FRB).

exemplo, não apenas socorreu a população como alterou momentaneamente a opinião sobre o Governo Federal.

Outro exemplo foi o ciclo que começou com a Primavera Árabe em 2010 e alcançou o Brasil em 2013. As Jornadas de Junho foram expressões de um novo tipo de mobilização, sem liderança clara, impulsionadas pelas redes sociais e pelo descontentamento difuso. Esse caldo social foi fundamental para a crise que desaguaria no impeachment de Dilma Rousseff.

Hoje, a polarização que marca a política brasileira vive um momento de esgotamento. Pesquisas recentes indicam um cansaço crescente do eleitorado com os extremos. Muitos brasileiros demonstram desejo por alternativas, capazes de dialogar com diferentes segmentos da sociedade.

A leitura do cenário atual revela o ressurgimento do antipetismo, alimentado por escândalos como o do INSS e pela persistente crise

econômica. Em contrapartida, o bolsonarismo também sofre rejeição, impulsionada pela memória da má condução da pandemia e pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Essas tendências não se manifestam isoladamente. Elas se articulam com transformações geracionais. As gerações Y e Z, marcadas pela hiperconectividade, assumem um papel central tanto nas redes quanto nas ruas. Ao mesmo tempo, o envelhecimento da população e o fim do bônus demográfico colocam os idosos no centro do jogo político, também com o celular nas mãos e com presença digital crescente.

Compreender essas dinâmicas é essencial para qualquer candidatura em 2026. Quem souber interpretar os sinais do tempo, ouvir as vozes dissonantes e compreender os múltiplos Brasis que coexistem sairá na frente. Afinal, na política, mais do que falar bem, é preciso saber ouvir e antecipar.



# AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

[CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR](mailto:CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR)

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA  
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



[WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR](http://WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR)